



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 2959***

*de 04 de dezembro de 2024*

**Institui o Plano Municipal pela Primeira Infância- PMPI de  
Corumbá-MS, para o período de 2025/2035.**

*O PREFEITO DE CORUMBÁ, Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a  
Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;*

**Art. 1º** Fica instituído o Plano Municipal pela Primeira Infância(PMPI) do Município de Corumbá-MS, nos termos do anexo único desta Lei, com a finalidade de garantir a proteção integral, a promoção e defesa da criança de zero a seis anos enquanto sujeito de direitos, de acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança.

**1º** Os documentos do Anexo Único Lei, destinam-se a orientar os programas, projetos e ações voltadas para crianças de zero a seis anos, desenvolvidos no âmbito do município de Corumbá.

**2º** Os programas, projetos e ações das Secretarias Municipais, se integrarão de forma intersetorial nas ações finalísticas voltadas para as crianças de zero a seis anos de idade.

**3º** O Plano Municipal pela Primeira Infância e no Estatuto da criança e do Adolescente.

**4º** São consideradas como ações finalísticas voltadas para crianças de zero a seis anos:

**I** - Crianças com saúde;

**II** - Educação infantil;

**III** - As famílias e as comunidades das crianças;

**IV** - Assistência social às família com às crianças vítimas de violação de direitos;

**V** - Convivência familiar e comunitária às crianças vítimas de violação de direitos: acolhimento institucional, apadrinhamento efetivo, familiar acolhedora, adoção;

**VI** - Do direito de brincar ao brincar de todas as crianças;

**VII** - A criança e o espaço, a cidade e p meio ambiente;

**VIII** - Crianças e infâncias diversas: políticas e ações para as diferentes infâncias;

**IX** - Enfrentando às violências contra as crianças;

**X** - Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças;

**XI** - Protegendo as crianças contra a pressão consumista;

**XII** - Evitando a exposição precoce das crianças aos meios de comunicação e ao uso de telas digitais;

**XIII** - Evitando acidentes na primeira infância

**XIV** - A criança e a cultura;

**XV** - O sistema de justiça e a criança;

**XVI** - Objetivos de desenvolvimento sustentável para e com crianças;

**XVI** - Objetivos de desenvolvimento sustentável para e com as crianças;

**XVII** - AS empresas e a primeira infância;

**XVIII** - O direito á beleza.

**Art. 2º** O plano Municipal pela Primeira Infância do Municipal de Corumbá- MS será implementado do período de dez anos. compreendido entre 2025 a 2035,

**Art. 3º** Fica constituído o Comitê Municipal Intersectorial Permanente para Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal pela Primeira Infância do Município Corumbá-MS será integrado por dois representantes, sendo um titular e um suplente dos seguintes órgãos e instituições:

**I** - Conselho Municipal dos Direitos da Crianças e do Adolescente;

**II** - Conselho Tutelar;

**III** - Conselho Municipal de Saúde;

**IV** - Conselho Municipal de Educação;

**V** - Conselho Municipal Assistência Social;

**VI** - Conselho Municipal de Política Cultural de Corumbá;

**VII** - Secretaria Municipal de Educação;

**VIII** - Secretaria Municipal de Saúde;

**IX** - Secretaria Municipal Assistência Social e Cidadania;

**X** - Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento;

**XI** - Fundação de Turismo do Pantanal;

**XII** - Fundação de Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá;

**Art. 4º** Será de responsabilidade das Secretarias Municipais de Educação, de Saúde, de Assistência Social, e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente avaliar a execução do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), estabelecendo os mecanismos necessário ao acompanhamento das metas, realizando, anualmente, a

revisão ou atualização das ações do PMPI, pautada nos indicadores estabelecidos.

**Art. 5º** A Prefeitura de Corumbá-MS, deverá a cada ano, no período de elaboração da Lei Orçamentária Anual, apresentar as suas metas de resultado e seu respectivo Plano de Ação para a efetivação das diretrizes e dos objetivos do Plano Municipal pela Primeira Infância(PMPI).

**Art. 6º** As ações constantes do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Corumbá nortearão a adequação de ações no Plano Plurianual como ações transversais aos objetivos, às metas e aos programas, e norteará eventuais revisões.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das receitas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2025.

*o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) do Município de Corumbá-MS, nos termos do anexo único desta Lei, com a finalidade de garantir a proteção integral, a promoção e defesa da criança de zero a seis anos enquanto sujeito de direito, de acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos*

---

*Lei Ordinária Nº 2959/2024 - 04 de dezembro de 2024*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*